

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.452 - SP (2019/0206861-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : EXPRESS TRANSPORTES URBANOS LTDA  
**ADVOGADO** : FIDELIS PEREIRA SOBRINHO E OUTRO(S) - SP093845  
**AGRAVANTE** : NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM  
LIQUIDACAO  
**REPR. POR** : PEDRO PAULO PEREIRA MOTA - LIQUIDANTE  
**ADVOGADOS** : DENIS ATANAZIO E OUTRO(S) - SP229058  
MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748  
**AGRAVADO** : D C G (MENOR)  
**REPR. POR** : M L C P  
**ADVOGADO** : JOCIMAR PAULO DOS SANTOS E OUTRO(S) - SP361089

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. VIA INADEQUADA. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA NÃO RECONHECIDA PELA CORTE DE ORIGEM. REVISÃO DESTE ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7/STJ. REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE DANO MORAL E ESTÉTICO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL TIDO POR VIOLADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 284/STF. **AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.***

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se agravo em recurso recurso especial interposto por EXPRESS TRANSPORTES URBANOS LTDA, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que não admitiu recurso especial manejado contra acórdão assim ementado (e-STJ Fl. 841):

*Acidente de veículo. Atropelamento de menor que acabara de descer do coletivo de propriedade da ré, o qual havia parado fora do ponto, próximo à esquina. Responsabilidade objetiva reconhecida. Culpa exclusiva da vítima que não restou demonstrada. Ilegitimidade ativa quanto ao pleito de ressarcimento das despesas que já foi objeto de decisão, contra a qual não foi interposto recurso. Preclusão reconhecida. Ré que, no entanto, deverá arcar com os custos de prótese que atenda as necessidades do autor, que sofreu*

*amputação do membro inferior direito. Diminuição da capacidade laborativa que deverá ser indenizada com o pagamento de pensão mensal vitalícia. Dano moral e estético que também restou caracterizado. Procedência parcial da ação. Lide secundária julgada procedente para condenar a seguradora a arcar solidariamente ao pagamento das indenizações por danos materiais, corporais e morais, nos limites da apólice. Recurso parcialmente provido.*

Nas razões do recurso especial a parte alega ofensa aos seguintes dispositivos legais: 69 do Código de trânsito Brasileiro, e, 734 do Código Civil, e, 5º, inciso V, e, 37, § 6º da Constituição Federal.

Defende, em síntese, que *"restou devidamente comprovado pelas testemunhas que o acidente aconteceu em via carroçável, não invadindo o coletivo a calçada em momento algum, inclusive com a imprevista conduta do recorrido, não há que se falar em responsabilidade da recorrente"* (e-STJ Fl. 930).

Assim, *"resta evidente a culpa do autor que inobservou as leis de trânsito e atravessou a via, sem observar as normas de segurança e em momento inoportuno"* (e-STJ Fl. 932).

Por fim, insurge-se contra os valores arbitrados a título de dano moral e estético, requerendo a sua redução.

Pede o provimento do recurso.

É o relatório.

Passo a decidir.

Primeiramente, é importante esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/1973 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 2/STJ.

Em recurso especial não cabe invocar ofensa à norma constitucional, razão pela qual o presente recurso não pode ser conhecido relativamente à apontada violação aos artigos 5º, inciso V, e, 37, § 6º da Constituição Federal.

No que concerne á suposta violação aos artigos 69 do Código de trânsito

Brasileiro, e, 734 do Código Civil, a Corte Estadual, soberana na análise do material fático probatório carreado aos autos, asseverou que (e-STJ Fl. 846/849, gn):

*Nos termos do artigo 734 do Código Civil, “o transportador responde pelos danos causados às pessoas transportadas e suas bagagens, salvo motivo de força maior, sendo nula qualquer cláusula excludente da responsabilidade”.*

*E, na espécie dos autos, ao contrário do que sustentou a ré-apelada em sua contestação, não se pode considerar encerrado o contrato de transporte, pelo fato de ter o ora apelante acabado de desembarcar do coletivo, tendo em vista que ele foi atropelado logo em seguida por aquele mesmo veículo.*

*E, ainda que se entenda de maneira diversa, há que se considerar que a ré-apelada é pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviço público de transporte coletivo de passageiros, de modo que sua responsabilidade é objetiva pelos danos que causar a terceiro, nessa qualidade, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa (artigo 37, §6º, da Constituição Federal).*

*Nesse sentido é o entendimento do Colendo Supremo Tribunal Federal:*

*(...)*

**Dessa forma, uma vez que restou incontroverso o atropelamento do infante por veículo de sua propriedade, não socorre à ré-apelada a alegação do condutor no sentido de que não pode visualizar a vítima por estar em 'ponto cego' do veículo, que fazia uma curva, já que a responsabilidade, nesse caso, prescinde da existência de culpa.**

**A responsabilidade da ré-apelada, uma vez comprovado o dano e o nexo causal, somente poderia ser excluída, nesse caso, diante da existência de motivo de força maior, caso fortuito ou culpa exclusiva da vítima.**

**E foi com base nessa última excludente (culpa exclusiva da vítima) que o ilustre magistrado decretou a improcedência da ação.**

*Ocorre que, respeitado tal entendimento, não há nos autos elementos que evidenciem que o autor-apelante 'saiu em disparada, a fim de atravessar a rua pela frente do coletivo', como constou do julgado.*

*Ao fundamentar dessa forma, o magistrado presume que o autor foi o único que desceu do coletivo naquele local e, além disso, que o ônibus tenha retomado a sua marcha quase que*

*instantaneamente à descida do menino.*

**Porém, não há nada nos autos nesse sentido, de modo que não prospera a tese de que o acidente ocorreu por culpa exclusiva da vítima, notadamente se considerado o fato de que o coletivo parou fora do ponto para descida do passageiro, como apurado na produção da prova testemunhal (cf. fls. 697 e 699), o que obviamente contribuiu de maneira decisiva para a sua ocorrência.**

**Como bem ponderado pelo ilustre representante do Ministério Público:**

*'O motivo de se parar fora do ponto é prático. Explico:*

**Parando longe da esquina, como determinado pela autoridade de trânsito, isso impõe ao motorista uma parada se seu pesado veículo no ponto, frear, engatar, trocar de marcha de duas a três vezes, para na esquina, ao virar à direita, parar, trocar de marchas, para novamente ganhar velocidade.**

**Assim, ao parar o carro na esquina para os passageiros descenderem, permitiu, não por qualquer correria, mas pela atitude natural, que os pedestres (inadvertidos, e aqui é uma criança de 10 anos de idade) iniciassem a travessia da rua” (cf. fls. 829/830).**

**Não há, pois, como se afastar a responsabilidade da ré-apelada pelos danos experimentados pelo autor-apelante.**

Assim, elidir as conclusões do aresto impugnado demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

Por fim, quanto ao pleito de redução dos valores arbitrados a título de danos moral e estético, o recurso especial não pode ser conhecido. Com efeito, não há, na fundamentação do recurso, a indicação adequada da questão federal controvertida, tendo deixado o recorrente de apontar os dispositivos de lei federal tidos por violados, bem como de informar de que modo a legislação federal foi violada ou teve negada sua aplicação, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 284 do STF.

Ressalto que tal óbice aplica-se tanto para a interposição do recurso com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, quanto para a interposição com base em divergência jurisprudencial, tendo em vista que o

recorrente também não apontou dispositivo legal que teria obtido interpretação diversa da que foi dada por outro Tribunal (AgRg nos EREsp 382.756/SC, Corte Especial, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 17/12/2009).

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n.º 07/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do CPC/2015.

O referido dispositivo legal tem dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada.

Assim, com base em tais premissas e considerando que o Tribunal de origem fixou a verba honorária em 10% sobre o valor da condenação *"referente aos danos morais e estéticos, bem como a soma de 12 (doze) prestações vincendas referentes à pensão mensal vitalícia"* (e-STJ fl. 852), em benefício do patrono da parte recorrida, a majoração dos honorários devidos pela parte ora recorrente para 14% sobre o valor atualizado da condenação *"referente aos danos morais e estéticos, bem como a soma de 12 (doze) prestações vincendas referentes à pensão mensal vitalícia"* é medida adequada ao caso.

**Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator